

Prática ESG

Não é fácil virar fênix e reerguer-se das cinzas

Daniela Chiaretti



O primeiro trimestre de 2023 termina e o desmatamento continua com pulso forte na Amazônia. A ilegalidade bate recordes a despeito da mobilização do novo governo, do tema ser prioridade máxima, da manifestação do apoio internacional, de pessoal em campo (mesmo que pouco). Todo o legado de dificuldades na área socioambiental herdado da gestão anterior parece ter concretizado a sensação de impunidade e a amplitude do emaranhado entre crimes ambientais e crime organizado. Desmatadores estão ativos a despeito da estação chuvosa e de estradas intransitáveis. "Hoje os caras não querem nem saber, desmatam na chuva", reconhece Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama.

O governo Lula trabalha com a possibilidade sombria de o desmatamento, este ano, empatar com o do passado — ou, previsto mais nefasta, ser até superior. A taxa virá contaminada por um "desmatamento contratado", e quanto a isso, não há o que fazer. O número oficial do desmatamento brasileiro, dado pelo sistema Prodes, do Inpe, e divulgado em novembro, considera sempre cinco meses do ano anterior. Nesse caso, agosto a dezembro de 2022, na gestão Bolsonaro e em plena campanha eleitoral, quando se sabe que desmatadores desmatam como se não houvesse amanhã.

O número deste ano já partiu estragado. Somam-se a taxa sete meses da gestão Lula, que começou buscando encontrar o ponto de partida. Reverter a alta do desmatamento não é tarefa fácil. Não é fácil virar fênix e reerguer-se das cinzas em tal cenário de descontrole, nem mesmo para um governo com a melhor das intenções.

O Ibama é um órgão embelecido e reduzido à metade de seu quadro, que nunca foi proporcional ao tamanho do

desafio. Concursos não saem da cartola. E quando saem, é preciso treinar fiscais que irão combater criminosos bem armados em meio a uma população desconfiada, que não entende porque não se pode extrair ouro de "um lugar onde só tem um punhado de índios" ou cortar árvores, vender a madeira "e colocar um galfinho onde era terra de ninguém". Muita gente tem esse pensamento torto por falta de conhecimento, miséria desde a infância, preconceito enraizado ou canalhice pura. Para piorar, tem o Congresso.

Não é de hoje que na Câmara e no Senado há um bocado de projetos de lei anti-ambientais e anti-índigenas que ambientalistas batizaram de "Pacote da Destruição". O do licenciamento ambiental provoca especial assombro, mesmo se ninguém discorda que essa regulamentação é muito necessária no Brasil. Mas do jeito em que está, é um abre-alas para o desmatamento generalizado e pode causar mais insegurança jurídica e financeira aos empreendimentos", diz Mauricio Guetta, consultor jurídico do Instituto Socioambiental.

Desmatam como se não houvesse amanhã

Outro fantasma com potencial de ressurgir nessa legislatura é o PL da regularização fundiária ou da grilagem, dependendo com quem se está falando. É a terceira legislação sobre o tema e sempre passando a mesma mensagem: pode roubar terra, ocupar de forma ilegal, desmatar, que não vai ter consequência", opina Guetta. Há os projetos sobre temas indígenas, como o do garimpo em terras indígenas, ameaças justificadas onde a natureza é mais protegida no Brasil. Tudo isso é uma questão ESG, mesmo se as empresas não se expõem e defendem seus lobbies via entidades de classe. "Se algum desses PLs for aprovado será impossível que qualquer governo cumpra as metas climáticas brasileiras", diz Guetta. O que acontecer no Congresso pode se tornar um desastre planetário.

Daniela Chiaretti é repórter especial de ambiente do Valor. Venceu o Prêmio Isso de 2011 na categoria Ciência. E-mail: daniele.chiaretti@valor.com.br

Protestos pelo clima na Alemanha



Enquanto cientistas climáticos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgam seu "alerta final" sobre a necessidade de cortar emissões poluentes pela metade até 2030, a Alemanha é palco de protestos de ativistas climáticos. A ONG Greenpeace fez uma instalação em Berlim (foto) neste fim de semana em protesto contra a vontade do país de flexibilizar as regras para veículos poluentes. A União Europeia (UE) havia chegado a um acordo inédito de proibir novos veículos movidos a combustíveis

fósséis a partir de 2035. Mas a Alemanha voltou atrás pouco antes da votação final e pressiona por uma brecha que permita a venda de carros a combustão além de 2035, desde que o combustível sintético. Frans Timmermans, comissário de Ação Climática da UE, chegou a falar que havia chegado a um acordo com a Alemanha, mas ainda não há nada oficial. Veículos respondem por 15% das emissões de gases poluentes na região e são peça-chave na descarbonização até 2050.

Empresas aceleraram 'pace' ESG, mas corrida está longe do fim

Naiara Bertão

Para o Prática ESG, de São Paulo

Incorporar práticas ESG no dia a dia do negócio exige prazos mais longos, que passam pelo planejamento, implementação, análise de resultados e mudanças a partir de aprendizados. Por isso, de um ano para o outro, muitas vezes, não fica tão perceptível o avanço. Ainda assim, dados levantados com exclusividade para o Prática ESG dão pistas sobre os setores que tomam a dianteira da agenda no Brasil e quem está correndo atrás do pódiu.

O ESG Brazil Yearbook 2023, produzido pela KPMG Brasil, traz que, em média, as 190 companhias analisadas evoluíram 5,8% na pontuação ESG de 2021 para 2022. Em termos de pontos percentuais (p.p.), isso significa um acréscimo de 1 p.p. de um ano para o outro, com a nota final média em 56,2 pontos.

O score varia de 0 a 100 pontos e é calculado a partir da análise de documentos como relatórios de sustentabilidade, formulários de referência, documentos de governança e relações com investidores, além de notícias de mídia nos três âmbitos: ambiental, social e governança.

Apesar de parecer tímida, dá para dizer que houve um avanço maior na agenda ESG nos últimos anos. O relatório também traz o score médio das 114 empresas acompanhadas desde 2018, ou seja, das quais já havia um histórico maior. De lá para cá, a pontuação vem subindo a uma taxa anual de 2,12%. Em pontos percentuais, o conjunto ganhou 5,9 p.p. de 2018 a 2022.

Em termos setoriais, nos últimos cinco anos, é inegável o protagonismo do segmento de papel e celulose, que continua na dianteira, com 76,7 pontos, 5,2 p.p. a mais do que em 2018. Segundo a consultoria, isso se deve ao fato de ser uma área muito exigida dos clientes para seguir parâmetros ambientais adequados, como, por exemplo, ter selo Forest Stewardship Council, certificação do segmento que identifica produtos florestais provenientes de florestas bem manejadas e que oferecem benefícios ambientais, sociais e econômicos, além de obedecer legislações trabalhistas e fiscal.

Dos 11 setores avaliados, 3 retrocederam



Nota: KPMG Brasil (*) A pontuação baseia-se em 100, sendo 0 máxima prática ESG e 100 a nota máxima de engajamento no ranking.

Evolução das práticas ESG em empresas

Foram analisadas 114 empresas entre 2018 e 2022



Nota: KPMG Brasil (*) A pontuação baseia-se em 100, sendo 0 máxima prática ESG e 100 a nota máxima de engajamento no ranking.

Além disso, Maria Eugênia Buoisi, sócia da KPMG Brasil e responsável pelo levantamento, explica que papel e celulose ganha mais pontos porque seu produto em si — eucalipto, em sua maioria, sequestra gás carbônico da atmosfera e as empresas já usam eletricidade renovável a partir do uso de resíduos da biomassa na operação.

Mas, nos últimos cinco anos, foi o de utilities, que contempla empresas de saneamento básico e energia, que evoluiu mais rápido. Foram quase 11 pontos percentuais a mais. De acordo com a KPMG, por serem segmentos re-

gulados, as exigências costumam ser maiores. "É ainda um tradicional emissor de dívida corporativa ESG (green bonds, social bonds e sustainability-linked bonds). Um terço de emissões do tipo são voltadas a projetos de energia elétrica e saneamento", diz Buoisi.

Dos 11 segmentos avaliados, três regrediram no período avaliado: Telecomunicações e TI, Petróleo, Petroquímicos e Biocombustíveis e Construção, Shoppings e Properties. "O setor de shoppings e construção, porém, foi o que mais cresceu na comparação de

2021 e 2022, 17%, o que mostra que as empresas (em busca de aumentar a transparência e se estruturar melhor na agenda ESG. Mas, claro, ainda tem muito espaço para crescer mais", explica a executiva, que veio da Resaltante, consultoria comprada pela KPMG Brasil no ano passado.

Dentre os tópicos ESG, os que estão mais "quentes" nas estratégias corporativas, segundo a KPMG Brasil, são clima (E), diversidade (S) e transparência (G). "Esses são assuntos que estiveram em alta nos últimos anos e que têm sido amplamente debatidos em âmbitos voluntários e regulatório", aponta o relatório.

Em clima, a consultoria analisa desde 2019 as recomendações da Task Force on Climate Related Financial Disclosure (TCFD) nos pilares governança, integração à estratégia, gestão de risco e métricas e metas. No período avaliado, os números melhoraram em todos os setores, em intensidades diferentes, contudo o desempenho geral deixa a desejar: 24,3 pontos em 2019 e 39,1 pontos em 2022, em média. A porcentagem de empresas que fazem inventário de gases de efeito estufa (GEE) nos três setores saltou de 39% em 2019 para 57% em 2022.

Já o tópico de diversidade, o número de empresas avaliadas que possuem mais de 20 membros em conselho de administração e/ou diretoria executiva representados por populações minorizadas subiu de 18% em 2018 para 31% ano passado. Todos os 11 setores tiveram aumento na nota, também de forma desigual. Há uma preocupação maior das empresas em divulgar suas práticas e programas de diversidade.

Em governança, mais empresas passaram a publicar relatórios de sustentabilidade: em 2018 apenas três companhias haviam divulgado o relatório de sustentabilidade até o fechamento do primeiro trimestre, número que saltou para 14 empresas em 2022. O score médio destas companhias foi de 70,5 — acima da média entre todas as empresas analisadas. "Vemos que hoje conselheiros, membros de comitês, os diretores financeiros estão mais próximos da agenda ESG", afirma a executiva da KPMG.

Transição para economia verde depende de capital

Naiara Bertão

Para o Prática ESG, de São Paulo

O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) trouxe, na semana passada, reforço e alerta sobre a mudança do clima e puxou a orelha do setor financeiro e dos governos por não estarem totalmente comprados na ideia de que é preciso financiar a transição para uma economia mais sustentável. Entre as medidas necessárias está a redução de gases de efeito estufa, o que demandará, segundo os cientistas, três a seis vezes mais investimentos do que os atuais níveis.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estima que US\$ 340 bilhões serão necessários todos os anos para a adaptação às mudanças climáticas. Hoje, calcula-se que só 7% dos fluxos de financiamento climático são gastos com isso. Do financiamento climático público, 71% vieram de empréstimos em 2020, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — as doações têm um papel menor ainda. Seja por regulação ou boa vontade, o setor financeiro vai precisar se movimentar e inovar para catalisar esses esforços.

Para Maria Netto Schneider, especialista principal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IIDD), Ana Carolina Azaavedo Szlach, diretora Técnica de Mercados e Padrões na VCMJ (Voluntary Carbon Markets Integrity Initiative) e Sergio Gusmão Su-

chodóski, senior fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), uma tendência internacional que deveria estar no radar do setor financeiro brasileiro é o *blended finance*. É assim chamado o instrumento financeiro que mistura capital não reembolsável com dinheiro que paga juros a investidores.

O foco do *blended finance* é alimentar projetos de impacto socioambiental ou de inovação disruptiva, que têm riscos altos e precisam de muito capital — aqueles que dificilmente um banco comercial financiará. Para o tamanho do desafio e potencial que o país tem em economia verde, faz sentido. Passa de US\$ 1 bilhão o investimento necessário, por ano, para recuperar áreas degradadas na Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica até 2030, segundo a The Nature Conservancy.

Outro defende que o dinheiro de filantropia, que soma R\$ 5 bilhões no Brasil (Censo GIFE de 2020), poderia ser combinado com recursos públicos e privados para maximizar seu impacto. "Com os recursos filantrópicos sendo direcionados ao *blended finance*, o potencial de investimentos em projetos sustentáveis é enorme. Combinado com recursos públicos, de bancos de fomento, por exemplo, e privados, poderia, por exemplo, financiar os elevados custos que dificultam o processo de recuperação de áreas degradadas na Amazônia", comenta Maria Netto ao Prática ESG.

Ela cita que um hectare de regeneração custa entre US\$ 2.000 na Amazônia e US\$ 3.000 no Cerrado,

segundo estimativas, e que faltam insumos, como sementes e mudas de qualidade e mão de obra para aplicar o conhecimento técnico-científico de ponta. "O *blended finance* poderia catalisar o investimento filantrópico para apoiar instituições que preenchem essas lacunas", diz.

Outro instrumento que vem se popularizando no mundo e é uma alternativa interessante para o financiamento da transição climática é a dívida corporativa rotulada ESG, como *green bonds*, *social bonds* e *sustainability-linked bonds*. A União Europeia publicou recentemente novos parâmetros para seus European Green Bonds, o primeiro padrão do tipo de um país para este tipo de dívida e que pode servir de referência ao Brasil. Em 2022, foram mobilizados cerca de R\$ 54 bilhões em operações de crédito ESG, segundo a consultoria NINTE.

Clarisse Simonek, cofundadora da WeESG, empresa de treinamento e consultoria ESG com foco no setor financeiro, com sede em Cambridge (Reino Unido), lembra que os bancos terão que investir em equipes treinadas para analisar as empresas que tomam dívida sob a ótica do risco climático e social. Além disso, a barra vai começar a ficar mais rígida para instituições financeiras de menor porte.

"Quem não estiver gerenciando bem o risco em relação à análise do Banco Central, vai ter que cobrir o risco colocando mais capital compulsório", diz a executiva, ao lembrar que as exigências para teste de estresse no setor financeiro europeu estão se am-

pliando. Ela explica que está sendo exigido das organizações mudanças no perfil de portfólio de investimentos e crédito.

Na Europa, o banco central local já usa os termos "maior", "menor" e "verde" para se referir ao risco climático (maior, o maior; verde, o menor). "Precisamos fazer uma mudança do que é marron, ou seja, atividades intensivas em emissões de carbono e com carta negativa ambiental, para o neutro e verde", diz Simonek. Ela cita como exemplo o financiamento a empresas de óleo e gás, carvão mineral, pecuária e até grandes hidrelétricas. Quem tiver um plano claro de transição energética renovável vai conseguir dinheiro; mas quem só tiver uma parcela mínima da estratégia voltada a isso, pode não conseguir dinheiro na praça.

"Na taxonomia europeia, só as hidrelétricas de pequeno porte são consideradas sustentáveis. Isso porque, as empresas precisam atender a quatro pontos, entre eles, não causar danos significativos em outros aspectos ambientais além do climático", explica. Pelo impacto que projetos grandes têm na biodiversidade e no âmbito social, podem não se enquadrar.

Simonek lembra ainda que bancos precisarão engajar seus clientes para fazer a transição verde e, em alguns casos, se desfazer investimentos para mitigar seu nível de risco, um grande prejuízo do ponto de vista comercial.

Além do clima, biodiversidade e direitos humanos devem ser tópicos-chave nas cobranças do setor financeiro daqui em diante.